Fundação **Casa de Rui Barbosa**

www.casaruibarbosa.gov.br

Políticas culturais na Bahia: panorama histórico

Hanayana Brandão Guimarães Fontes Lima*

Resumo: Este texto busca traçar um panorama histórico das políticas culturais baianas, partindo do seu marco fundador até o ano de 2009. Apontando, sobretudo, conexões para compreender de que maneira as políticas nacionais e estaduais estiveram interligadas; como as políticas culturais desenvolvidas em nosso estado se delinearam e adquiriram características únicas, e principalmente, a compreensão do cenário cultural baiano nos diferentes períodos estudados.

Palavras-chave: políticas culturais, baianidade, cultura, turismo, territórios de identidade.

Com o intuito de facilitar o difícil processo de reconstrução das políticas culturais baianas, utilizamos o texto de Miguez de Oliveira (2000) que estabelece a periodização da cultura baiana durante o século XX para nortear nossa análise. O primeiro momento compreende o início do século XX e se estende até o final dos anos quarenta, é marcado por uma cultura elitista, acadêmica, ornamental, pouco participativa, voltada para “literatura como luxo de espírito” (GOMES, 1979, p.179) e para “oratória como traço de distinção e prestígio” (MIGUEZ DE OLIVEIRA, 2000, p.33). Cabe destacar que este é um período conhecido pela estagnação e paralisia na vida baiana e que os processos de industrialização e urbanização acelerados, característicos da década de 30 no Brasil, não atingem Salvador, que vive nas palavras de Rubim (2000, p. 2), em

* Mestranda do Programa Multidisciplinar de Pós Graduação em Cultura e Sociedade da UFBA, bacharel em Comunicação Social – habilitação em Rádio e Tv, pela Universidade Estadual de Santa Cruz. Professora do Curso de Comunicação Social- Radialismo da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail: hanayana@hotmail.com.

um decadente patamar socioeconômico e uma atmosfera melancólica de boa terra. A exceção para este quadro de estagnação era o sul da Bahia com a lavoura de cacau, entretanto, ela não foi capaz de promover uma movimentação na economia do estado. (MIGUEZ DE OLIVEIRA, 2000, p.140).

Miguez (2002, p182) vai trazer contribuições pertinentes ao observar o cenário cultural. Ele afirma que nesta fase a Bahia não possui um público consumidor de bens culturais que pudesse garantir a conformação de um mercado cultural, o mesmo se restringia a uma elite letrada e deixava de fora uma grande quantidade de ex-escravos analfabetos, pobres e também a classe média. O circuito cultural estava representado apenas pela Escola de Belas Artes, Faculdade de Medicina, de Direito, Instituto Geográfico Histórico, Academia de Letras da Bahia, e pelos Salões de Ala, dirigidos por Carlos Chiaccio.

Na leitura de Rubim (2000) essa sociedade arcaica vai se opor a modernização e ao modernismo cultural, tanto na esfera das elites brancas quanto nos segmentos populares. As tentativas de modernidade são evitadas ferrenhamente em virtude dos valores instaurados e do peso da cultura tradicional naquele momento. O Modernismo só começa a se consolidar na Bahia quase três décadas depois de já ter se iniciado no Brasil.

Dois aspectos importantes merecem ser destacados nesse primeiro momento cultural baiano. O primeiro é o fato que o modernismo além de ter se consolidado na Bahia muito depois de já ter se espalhado pelo Brasil, e de ter encontrado forte resistência inicialmente, ele chega trazendo a proposta de harmonizar o antigo com o moderno, como observou Gomes (1979). O segundo aspecto parece marcar boa parte da história cultural brasileira: o descaso com as manifestações e práticas populares que na reflexão de Miguez de Oliveira (2000, p. 35) eram “sempre vistas como algo sem dignidade cultural, quando não como ‘caso de polícia’. Destaque-se, por exemplo, as proibições dos tambores dos candomblés e do carnaval.”

Só no segundo momento cultural é que teremos iniciativas efetivas no campo das políticas culturais. É a fase áurea da cultura baiana, quando finalmente o ritmo de

estagnação começa a ser deixado de lado. Esta fase começa no final dos anos 40 e vai até o golpe militar de 64. Oportuno destacar que nesse período temos as primeiras iniciativas no campo das políticas culturais, realizadas durante o Governo de Otávio Mangabeira (1947-1951), quando o educador Anísio Teixeira foi nomeado como Secretario de Educação e Saúde, criando o Departamento de Cultura, que em pouco tempo tornou-se o grande centro de apoio para as artes plásticas, a música, o teatro, o cinema e a literatura baiana (Tavares, 2001, p. 462). Vale destacar três iniciativas importantes no campo das artes realizadas como apoio da secretaria. A primeira, a "Exposição de Arte Contemporânea" organizada em 1947 pelo escritor carioca Marques Rebelo e com o importante trabalho de formação do público comandado Odorico Tavares, representante dos Diários Associados na Bahia; a segunda foi o convite a artistas modernistas para pintarem painéis no Centro Educacional Carneiro Ribeiro, um marco importante no projeto de educação desenvolvido por Anísio Teixeira, e por fim, a criação dos "Salões Baianos de Belas Artes", realizados a partir de 1949. (BARBOSA, 2009). Anísio criou a Fundação de Desenvolvimento da Ciência, uma das pioneiras no país com sua política de incentivo à cultura e, também foi o responsável pela promoção de um programa de estudos sociais sobre a Bahia, comandado por Charles Wagley e Thales de Azevedo em parceria com a Universidade de Columbia, Nova York. (BRANDÃO apud MIGUEZ DE OLIVEIRA, 2002, p. 189).

Rubim (1996) ao observar os fragmentos da cultura na Bahia durante os anos 50 e 60 vai destacar alguns lugares e circuitos culturais importantes. A Universidade da Bahia, tendo a frente Edgar Santos, aparece como o primeiro deles. Ela teve o papel de maior destaque na configuração de um novo ambiente cultural, caracterizado pela vanguarda e o experimentalismo. São desse período as escolas de Música, Dança e Teatro, tendo a frente às figuras de Hans Koellreuter, Yanka Rudza e Martin Gonçalves respectivamente. Outra iniciativa memorável é a criação em 1959 do Centro de Estudos Afro-Orientais, o CEAO. É válido ressaltar que neste momento a cultura baiana era fortemente marcada pelas tradições conservadoras, por elementos da cultura popular, com traços culturais nordestinos, devido ao momento de difusão das políticas nacionalistas e de contestação da exploração dos latifundiários, e a cultura negra, era

atribuída pouca utilidade política, ela parecia inclusive ser recusada como culturalmente significativa, sendo mais frequente nas artes visuais e plásticas, a exemplo da pintura e da dança.

Outros circuitos importantes apontados por Rubim (1996) são os meios de produção e difusão culturais, com destaque para os jornais e suplementos culturais, em especial os Cadernos da Bahia e; o Clube de Cinema da Bahia, comandado por Walter da Silveira, que atualizou cinematograficamente a cidade e permitiu o surgimento de uma cinematografia baiana. Vale também destacar a presença de estrangeiros cultos que se fixaram na Bahia e foram importantes interlocutores a exemplo de Carybé, Lina Bo Bardi e Pierre Verger.

Nos governos seguintes, são criados dois empreendimentos importantes na área cultural. O primeiro é o Teatro Castro Alves que seria inaugurado em 1958 pelo então governador Antônio Balbino (1955-1959), mas em razão de um incêndio na estrutura eletromecânica só começou a funcionar em 1967, já no governo de Lomanto Júnior (1963-1967). Outra iniciativa foi a abertura do Museu de Arte Moderna da Bahia (MAM)[1], em 1960, no governo Juracy Magalhães (1959-1963), como oportunamente lembrou Canedo (2008, p.62) tinha como objetivo inserir Salvador no roteiro da arte moderna nacional e internacional.

Ao final da segunda fase da cultura baiana a partir da periodização proposta por Miguez de Oliveira (2000) começamos a viver um momento de transição. Assistimos a interrupção da renascença baiana, motivada segundo o autor pela reunião de quatro elementos: o primeiro, o Golpe Militar de 1964, que na Bahia parece ter um impacto inicial maior. Se no eixo Rio de Janeiro e São Paulo o movimento de resistência é capaz também de provocar uma intensa movimentação cultural, quando esse momento é inclusive conhecido como o período de floração tardia da cultura (Schwarz, 1978), onde merecem ser destacados movimentos como a Tropicália, o Cinema Novo, Teatro de

[1] Só em 1969 é que o Museu de Arte Moderna da Bahia é transferido para sua sede atual no Solar do Unhão. Antes disso ele funciona no foyer do Teatro Castro Alves.

Oficina e Teatro de Arena, e este cenário só alterado com o endurecimento do regime em 1968 a partir da promulgação do Ato Institucional n° 5, na Bahia o esvaziamento cultural acontece de maneira precoce, pois boa parte dos intelectuais e artistas responsáveis pelo período da Renascença Baiana deixa o estado, seja em busca de alternativas de mercado para suas produções ou para fugir das perseguições políticas do regime militar.

O segundo elemento apontado por Miguez (2002) como um dos responsáveis por fim da renascença baiana são as mudanças ocorridas na Universidade. Em 1961, o reitor Edgar Santos deixa o cargo, abalando um dos principais circuitos culturais entre os anos de 50 e 60. No momento cultural seguinte, em 1969, o regime militar também promove uma reforma universitária em que a instituição passa a se preocupar com a produção de uma cultura fortemente especializada e cientificista, onde áreas como humanidades, letras e artes não tem espaço. Ainda segundo Miguez (2002, p206) "Perdeu-se, assim, a dimensão de cultura como arte e ciência sem, contudo alcançar-se a (necessária) cultura técnica exigida pela modernização capitalista da Bahia que, entretanto, prosseguia."

O terceiro elemento observado é o processo de modernização urbana vivenciado na cidade de Salvador, quando são construídas as famosas avenidas de vale. É instalado um novo pólo comercial, a administração pública é deslocada e a cidade passa então a crescer na direção norte, voltando às costas não só para Baía de Todos os Santos, mas também para o velho centro histórico, local símbolo da renascença baiana por conjugar a vida cultural e boêmia da cidade como já lembrou Miguez (2002) em seu texto. Aliás, ele também nos revela o quarto e último aspecto dentro desta fase de transição, é quando o campo da indústria cultural, tendo destaque a televisão, se insere no campo cultural brasileiro e baiano, abalando em grande medida a relação com a cultura local não só na Bahia, mas em todo o país como veremos a diante.

O terceiro momento cultural começa com o Golpe Militar de 64 e avança até a década de 70. Passamos a vivenciar aquilo que Rubim (2000) denominou de transição de uma cultura escolar-universitário para uma cultura midiatizada. Para ele a inserção da Bahia

dentro desta lógica de indústria cultural vai se processar de maneira lenta e as razões que explicam esse fenômeno ultrapassam o êxodo precoce dos talentos baianos e a concentração da produção midiática no eixo Rio de Janeiro-São Paulo:

> O incipiente desenvolvimento da mídia baiana derivava de sua inscrição em uma sociedade com forte desigualdade e exclusão sociais, vinda de uma recente paralisia econômica, com uma tênue industrialização e uma população majoritariamente rural, e uma modernização circunscrita espacialmente, em um Estado que comportava ainda muitas dimensões arcaicas. Imersa nessas circunstâncias limitadoras, coube à Bahia desenrolar, em papel subordinado, a comunicação e a cultura midiáticas. A vagarosa inauguração de outros canais de televisão no Estado parece um bom indicador dessas limitações (RUBIM, 2000, p. 11)

Assistimos a interação com a cultural local se tornar cada vez mais restrita e as empresas de comunicação se estruturarem como oligopólios. É certamente um momento de ruptura nunca antes alcançado, pois os jornais e revistas, e até o mesmo o rádio, durante todo o período anterior sempre mantiveram uma forte ligação com a cultura local.

Durante esta fase, especificamente no governo de Luis Viana Filho (1967-1971) ocorre uma reforma administrativa na Secretaria de Educação e Cultura. E é criado em 1967, Conselho Estadual de Cultura, influenciado pela criação do Conselho Federal de Cultura. Segundo Uchôa (2006, p. 6), em 1967, outro importante órgão é criado visando promover a preservação do patrimônio cultural na Bahia e já nessa época tem o turismo como foco. É a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural, naquele momento também conhecida como Fundação do Pelourinho. Suas ações iniciais visavam à recuperação social e arquitetônica do centro histórico da cidade transformando-o numa área de turismo cultural como mostram documentos da época.

Como parte de um projeto do Luis Viana Filho de criar o sistema integrada de bibliotecas é construído em Salvador um prédio para abrigar a Biblioteca Central do Estado. No campo das artes plásticas, acontecem as famosas Bienais de Arte da

Bahia.[2] Em 1972, durante o primeiro governo de Antônio Carlos Magalhães (1971-1975) foi criada a Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB), importante órgão dentro das políticas culturais do estado. Entretanto, só começou a funcionar em 1974 depois da conclusão do estatuto que segundo Canedo (2008, p.62) tinha como objetivos: "preservar o acervo cultural constituído; promover a dinamização e criação da cultura; difundir e possibilitar a participação da comunidade no processo de produção cultural". Neste período, o Museu de Arte da Bahia, o Museu de Arte Moderna e o Teatro Castro Alves foram incorporados à fundação.

Já nesta fase, a política cultural baiana dá sinais claros de instabilidade, uma das marcas da política cultural brasileira como revelou Rubim (2007c), só durante o Governo Roberto Santos, a Fundação Cultural teve três diretores: Luiz M. Monteiro da Costa (17/06/1974 – 25/11/1975), Fernando da Rocha Peres (25/11/1975 – 19/04/1977) e Valentin Calderón (22/04/1977 – 19/04/1979). (UCHOA, 2006, p. 11)

Todo esse terceiro momento cultural é marcado pelo êxodo de boa parte dos intelectuais e artistas que compuseram o período de renovação cultural ocorrido nos anos 50, além da afirmação e ampliação da lógica de indústria cultural, iniciada no momento anterior, como elemento estruturante do campo cultural do estado. O movimento de resistência ficou por conta de poucas iniciativas, das quais merecem ser destacadas o Instituto Cultural Brasil-Alemanha (ICBA), dirigido por Rolland Schaffner; a Jornada de Cinema de Guido Araújo e o Teatro Vila Velha, comandado por João Augusto. Só na metade dos anos 70, é que começamos a ver em Salvador um

[2] A primeira, em 1966, realizada no Convento do Carmo em Salvador e realizada por Alaor Coutinho, então Secretário de Educação e Cultura. A II Bienal, só acontece dois anos depois, quando o AI-5 já estava em andamento. Marcado pelas garras da censura, o evento teve obras de Lênio Braga, Antônio Manuel, Manuel Henrique e um desenho de Farnese Andrade apreendidas por serem consideradas subversivas. As Bienais foram suspensas por decreto do então governador. Juarez Paraíso, secretário geral das duas Bienais e Luis Henrique Dias Tavares, então diretor do Departamento de Ensino Superior e Cultura (DESC) que havia apoiado oficialmente as Bienais, foram presos e a III Bienal de Artes Plásticas não chegou a acontecer.

importante movimento de reafricanização, promovido pelos grupos afro-carnavalescos, que buscam promover no carnaval valores estéticos e políticas ligados a origem étnica, que vão responsáveis pelo ressurgimento cultural da Bahia em todo o país.

Miguez de Oliveira (2000) caracterizou o quarto momento cultural da Bahia, como a fase em que os bens e serviços simbólicos passaram a compor a indústria cultural e de entretenimento, configurando uma economia do lúdico. Este período se inicia no final dos anos setenta. O segundo mandato de Antônio Carlos Magalhães (1979-1982) a frente do governo estadual vai coincidir com o início desta fase. Durante este período, as ações da Fundação Cultural da Bahia estavam cada vez mais voltadas para valorização da identidade cultural baiana, leia-se, a identidade do Recôncavo, na preservação do patrimônio cultural e na dinamização das ações culturais com iniciativas como a promoção de cursos, seminários, oficinas.

No governo de João Durval Carneiro (1983-1986), sucessor do grupo carlista, o Instituto de Radiodifusão da Bahia (IRDEB), criado em 1969 tornou-se em 1983, fundação, adquirindo assim, personalidade jurídica de direito privado. Mas o grande destaque desta gestão foi a construção de sete equipamentos culturais[3] no interior da Bahia, todos criados com o objetivo de promover a circulação cultural no estado.

O ano de 1986 foi emblemático para cultura na Bahia. Foi autorizada a criação da Fundação Pedro Calmon (FPC), que junto com o Arquivo Público do Estado tinham a função de preservar os documentos e promover cursos voltados para a história baiana, mas que só foi efetivamente implantada no governo seguinte em 1987. Ainda em 1986 foi tombado no âmbito estadual o primeiro terreiro de candomblé, o Casa Branca Ilê Axé Iyá Nassô Oká, que já tinha sido tombado pelo município em 1982. E finalmente, a primeira eleição direta para governo do estado depois do regime militar, que vai resultar na eleição de Waldir Pires, na época membro do PMDB e eleito com o apoio dos

[3] Centro de Cultura Camillo de Jesus Lima (Vitória da Conquista); Centro de Cultura de Porto Seguro; Centro de Cultura Olívia Barradas (Valença); Centro de Cultura João Gilberto (Juazeiro); Centro de Cultura de Alagoinhas; Centro de Cultura Adonias Filho (Itabuna) e Centro de Cultura Amélio Amorim (Feira de Santana).

militantes da esquerda e dos intelectuais baianos, derrotando o candidato carlista Josaphat Marinho.

Apesar da derrota carlista no plano estadual, Antônio Carlos Magalhães, não só mantém sua presença no estado como amplia seus poderes através do governo federal, pois nesta fase ele ocupa o cargo de Ministro das Comunicações[4] do governo Sarney. Rubim (2001) destaca a presença que além da presença do carlismo na esfera federal, na Bahia esta presença é significativa em setores importantes da sociedade como, por exemplo, o judiciário. Ele acrescenta também o apoio dos empresários baianos ao projeto carlista de modernização capitalista da Bahia.

Inicialmente, o governo de Waldir Pires promoveu uma reforma administrativa e criou através da Lei 4.697 em 15 de julho de 1987, a primeira secretaria para cuidar especificamente da cultura. O órgão que surgiu com o objetivo de "preservar a memória e a tradição do Estado, fomentar as ações culturais dos segmentos da sociedade e fornecer condições para o livre desenvolvimento das ações culturais". José Carlos Capinam, compositor e poeta, foi o primeiro dirigente do órgão.[5]

A gestão de Waldir Pires ainda não foi devidamente estudada, existe ai uma lacuna a ser preenchida pelos estudos dedicados a investigar as políticas culturais na Bahia. Além da interrupção do mandato em 1989, provocada pela renúncia do então governador para concorrer a vice-presidência na chapa do PMDB, comandada por

[4] Segundo Rubim (2001) durante o período em que ocupou o Ministério das Comunicações ACM destinou para a Bahia, seis concessões de televisão e 96 de rádio, o que equivale a um total de 10,2% do total de concessões efetuadas no período.

[5] A principio a secretaria tinha em sua estrutura o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC), a Fundação Pedro Calmon (FPC), o Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) e a Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB). Foram criados também o Departamento de Bibliotecas (DEPAB), o Departamento de Museus (DEPAM), o Departamento de Intercâmbio e Ações Regionalizadas (DIAR), responsável pela regionalização da política estadual de cultura, a Superintendência de Apoio as Ações Culturais (SAAC), responsável pelas iniciativas de apoio às ações culturais, gestão de equipamentos e realização de estudos e pesquisas como revelou Canedo (2008).

Ulysses Guimarães, uma série de problemas foi enfrentada como, por exemplo, a duplicidade de tarefas realizadas pela Secretaria e pela Fundação Cultural, esta última já consolidada como órgão central das políticas de cultura no estado.

Fernandes (2009) também esclarece que a visão de cultura defendida pelo então governador "não alcançou, de fato, a realidade e o cotidiano do campo cultural baiano". Com a renúncia, o vice-governador, Nilo Coelho, assumiu o cargo, e vários dirigentes, dentre eles, José Carlos Capinam deixaram o cargo. Joir da Silva Martins Brasileiro assumiu interinamente a pasta, depois chefiada por Oswaldo Teixeira que acumulou também cargo de Secretário da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Pode-se destacar a iniciativa do IPAC em promover uma reforma em alguns imóveis no Pelourinho, envolvendo dez secretarias de governo. Na época, o bairro já se consolidava como um espaço cultural importante na cidade de Salvador, principalmente pelo funcionamento de bares e pela realização dos ensaios de blocos afros.

Outro marco da gestão de Nilo Coelho refere-se ao Teatro Castro Alves, que também deixou de compor a estrutura da Fundação Cultural e tornou-se um órgão de regime especial. No final do governo, o teatro foi fechado (1989) e suas atividades artísticas transferidas para o Centro de Convenções. As reformas estruturais que o espaço precisava sofrer não aconteceram, somente a Concha Acústica passou por alterações. Munição suficiente para a campanha do grupo carlista ao governo do estado, que resultou na vitória de ACM em 1991.

Pela terceira vez no cargo de governador, Antônio Carlos Magalhães (1991-1994) deu início a política cultural que associava cultura ao turismo. É ele quem vai preparar as bases para a política cultural que será desenvolvida pela Secretaria de Cultura e Turismo (SCT), criada durante o primeiro governo de Paulo Souto. Um claro exemplo dessa estruturação é o Programa de Desenvolvimento do Turismo da Bahia (Prodetur-BA), elaborado pela Bahiatursa que na época era chefiada por Paulo Gaudenzi. O Projeto, amplamente utilizado durante o período de funcionamento da SCT, fazia parte do Prodetur- Nordeste e visava obter junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento recursos para o financiamento de obras turísticas.

Com a eleição de ACM Inicia-se então, um período em que o carlismo[6] permanece no comando do governo estadual até 2006 ininterruptamente. No entanto, Fernandes (2009) revela que a carreira política de Antônio Carlos Magalhães se inicia e consolida durante a ditadura militar, nesta fase ele foi prefeito de Salvador (1967-1970), governador do estado por duas vezes (1971-1975/1979-1983) e presidente da Eletrobrás (1975 a 1979). Conseguiu eleger João Durval Carneiro como seu sucesso político ao governo estadual entre 1983-1986 e, embora tenha perdido o controle do governo estadual com a derrota de Waldir Pires sempre se manteve ligado ao poder como já mencionamos anteriormente.

No âmbito federal, iniciamos a política neoliberal. O presidente Fernando Collor de Melo afasta funcionários públicos, privatiza diversas empresas estatais e extingui 24 órgãos, entre eles o Ministério da Cultura. Na Bahia, ACM segue a mesma lógica. Inicia uma reforma administrativa, através da Lei 6.074, que extingui a Secretaria Estadual de Cultura. A pasta da Cultura volta à Secretaria de Educação, que passa a se chamar Secretaria de Educação e Cultura, chefiada por Dirlene Mendonça. A Fundação das Artes volta a ser denominada Fundação Cultural do Estado da Bahia, e assume novamente o papel de principal órgão gestor da cultura.

A cultura local passa a ser concebida como um importante capital para o desenvolvimento econômico da Bahia e aos poucos, a “baianidade” começa a ser descoberta como atração turística. Inicialmente, a aliança entre a Cultura e o Turismo começa a se configurar através do patrimônio físico, são implementadas reformas no patrimônio histórico e material de Salvador, com destaque para a recuperação do Pelourinho e do Teatro Castro Alves. A idéia era transformar a Bahia em um dos principais destinos turísticos do país adotando como diferencial turístico a cultura do Estado.

[6] ACM sempre teve uma relação muito próxima com o poder, além dos cargos já mencionados, também foi deputado, secretário, ministro, presidente de órgãos públicos e senador (1997 a 1999 e 1999 a 2001).

Nas eleições seguintes, Paulo Souto (1995-1999) que ocupava o cargo de vice-governador durante a gestão de ACM foi eleito governador do estado pela primeira vez e, a ACM eleito Senador. No campo cultural, a primeira gestão de Paulo Souto foi responsável por importantes mudanças estruturais na organização da política cultural do Estado. Através da Lei n° 6.812 de 18 de janeiro de 1995, ele criou a Secretaria de Cultura e Turismo (SCT), que numa ação inédita no Brasil, uniu as pastas da Cultura e Turismo, antes localizadas respectivamente na Secretaria de Educação e Cultura e na Secretaria de Indústria e Comércio, em uma mesma secretaria, "estabelecendo uma ferramenta institucional para o processo de expansão do setor, ao tempo em que lhe agregava a dimensão cultural." (BAHIA apud BALANCO 2005)

Vieira (2005) elucida que a fusão das áreas de Cultura e Turismo conferiu especificidade ao modo de gestão cultural, ao tempo em que o governo passou a atrelar a "implementação de suas políticas culturais a uma estratégia que lança mão de um discurso que reinventa a identidade baiana", tentando desse modo, promover a modernização cultural e turística do Estado com o propósito de transformar a Bahia em lugar identificado ao consumo cultural, inserido-a assim no mercado global de bens simbólicos.

A SCT, criada já no momento de atualização do discurso da baianidade, passou a ser comandada por Paulo Gaudenzi, que até então ocupava o cargo de presidente da Bahiatursa. Com as mudanças estruturais, o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC), a Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB), a Fundação Pedro Calmon (FPC), o Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), o Conselho Estadual de Cultura (CEC) e a própria Bahiatursa, antes ligada à Secretaria de Indústria e Comércio passaram a compor a estrutura da Secretaria de Cultura e Turismo.

> Mesmo com a criação da SCT, coube à FUNCEB o planejamento, execução e acompanhamento das ações culturais do Estado. O Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB) permaneceu na estrutura da Secretaria de Educação. Neste governo, o IRDEB passou por reformas e ampliações e teve um papel fundamental na produção de programas especiais e documentários sobre a cultura baiana e sobre a natureza regional.

> O Instituto é composto pela TV Educativa, pela Rádio Educadora, pelo Centro de Material Impresso, e possui videoteca, biblioteca e um teatro. (CANEDO, 2008, p. 68)

Em 1996, seguindo a tendência nacional que vigorava na época de estabelecer relações entre o Estado e a iniciativa privada usando o mecanismo de renúncia fiscal para investimento em cultura foi criado através da Lei 7.015 o Programa Estadual de Incentivo à Cultura (Fazcultura), que prevê o abatimento de até 5% do ICMS, no limite de até 80% do valor total do projeto cultural. Para receber o abatimento é necessário que a empresa patrocinadora contribua com recursos próprios equivalentes a, no mínimo, 20% dos recursos totais transferidos ao produtor. Ao ter seu projeto aprovado pela Comissão Gerenciadora do programa, o proponente deve buscar uma empresa patrocinadora que receberá abatimento no imposto.

A partir da criação da Secretaria de Cultura e Turismo até 1998 poucas foram as ações culturais implementadas no interior do estado, como já observou Balanco (2006). Segundo ele três iniciativas tiveram destaque: a segunda fase dos Salões Regionais de Artes Plásticas, uma espécie de bienal que a cada edição envolvia uma media superior a 100 artistas oriundos das cidades sede do evento e dos municípios próximos. O projeto foi iniciado em 1992 e era realizado em parceria com os sete centros culturais do interior baiano e as prefeituras das respectivas cidades. O segundo projeto foi o Chapéu de Palha. Criado em 1983, consistia na realização de cursos e oficinas de teatro, não só para artistas, mas para a população em geral. O projeto era sempre finalizado com a realização de um espetáculo baseado nas pesquisas sobre cultura local desenvolvidas durante as oficinas.

Outra iniciativa relevante segundo o autor foi a implantação de novos arquivos públicos e a reforma dos já existentes no Estado. Kauark (2006) ao analisar as políticas culturais durante as gestões de César Borges (1998-2002) e Paulo Souto (2002-2006) observou que projetos como População e CirculAção Cultural avaliados como marcos importantes da Fundação Cultural, aconteceram em apenas 15 municípios do interior do Estado, somente em cidades que possuem equipamentos culturais. Em relação aos suportes, ou seja, programas que auxiliam a execução de projetos, a autora destaca o Censo

Cultural, que se propôs a realizar um mapeamento cultural em todos os municípios da Bahia. No entanto, na visão da mesma, o programa não foi capaz de impulsionar as práticas culturais do governo para dinamizar os espaços culturais nas cidades do interior.

Paulo Souto deixa ao final do governo o cargo para concorrer ao Senado e o vice-governador, César Borges assume o interinamente. Nas eleições de 1997, Borges enfrenta Zezéu Ribeiro (PT) e sai vitorioso. Paulo Gaudenzi se mantém no cargo como Secretario de Cultura e Turismo e a continuidade administrativa é assegurada, sendo inclusive apontada como um aspecto positivo pelos relatórios de governo. Canedo (2008) observa em sua pesquisa que esta continuidade nem sempre se traduziu em benefícios e relata os problemas ocorridos com a manutenção dos equipamentos culturais, envolvendo a falta de recursos. Nesta gestão foi criado o projeto Sua Nota é um Show, uma parceria entre a SCT e a Secretaria da Fazenda. O projeto previa a troca de cupons fiscais por ingressos para apresentações musicais. Nesta gestão foram fundados o Centro de Cultura Antonio Carlos Magalhães, em Jequié (2000) e o Teatro Dona Canô, em Santo Amaro (2001).

Mais uma vez, assistimos a troca de cadeiras pelos carlistas. César Borges, então governador, renuncia para concorrer às eleições ao Senado e, em seu lugar assume o vice-governador, Otto Alencar. Em 2002, Paulo Souto enfrenta Jaques Wagner nas eleições para o governo do estado. Souto sai vitorioso e assume pela segunda vez o governo do estado. Ele promove através da Lei 8.538 mudança na estrutura administrativa da secretaria. O Arquivo Público do Estado da Bahia passa a integrar a Fundação Pedro Calmon e o Instituto de Radiodifusão da Bahia (IRDEB) é incorporado à Secretaria de Cultura e Turismo. As ações voltadas para recuperação do patrimônio e memória continuam sendo o carro-chefe.

Fernandes (2008) observa que Paulo Souto retornou ao cargo de governador do estado com uma visão suavemente atualizada da cultura e que foi ensaiada uma mudança na intervenção do governo, mas nada que pudesse ser considerada uma mudança

profunda na atuação. Entre estas mudanças ela destaca a incorporação do patrimônio imaterial, através do tombamento de quatro terreiros de candomblé.

Neste quadriênio outra modalidade de financiamento foi criada, o Fundo de Cultura da Bahia. Instituído através da Lei 9.431 de 11 de fevereiro de 2005 e seguindo o termo de adesão ao Sistema Nacional de Cultura implementado durante a gestão de Gil Gilberto no Ministério da Cultura com recursos orçamentários provenientes do tesouro estadual e com modelo de gerenciamento semelhante ao adotado pelo Fazcultura. O Funcultura tem com o objetivo de incentivar e estimular a produção artístico-cultural baiana, que tem dificuldade de inserção no mercado de patrocínio privado. O fundo é administrado pela Secretaria de Cultura e apóia projetos nas áreas de música; artes cênicas; artes plásticas e gráficas; cinema, vídeo e fotografia; literatura; folclore; artesanato; museus, bibliotecas e arquivos; patrimônio cultural, além de saberes e fazeres, apresentados por artistas, produtores e gestores culturais domiciliados na Bahia.

Numa breve análise dos 16 anos da SCT, a Cultura, antes de ser pensada como um fator de melhoria e transformação social, foi sempre colocada como um fator primordialmente econômico para o fortalecimento do Turismo. Já Rubim (2007) esclarece que durante todo o período em que a cultura esteve subordinada aos interesses do turismo, algumas graves distorções ocorreram, a exemplo do desconhecimento de temas atuais como “cultural digital, economia criativa, redes culturais, estudos da cultura, formação de organizadores da cultura e sistema nacional de cultura” trazendo assim grande prejuízo para a atualização necessária da cultura na Bahia. O autor também critica a quebra das relações plurais e democráticas com a diversidade da sociedade na Bahia, além da imposição de uma identidade única para o Estado.

Na fase de transição entre os governos de Souto e Wagner, a Secretaria de Cultura, a pedido do governador eleito, foi separada do Turismo, através da Lei 10.549 de 28 de dezembro de 2006. Com a mudança no governo do estado em 2007, Márcio Meirelles assume a pasta da cultura e cinco linhas de ação são definidas para guiar as atividades: “diversidade, desenvolvimento, descentralização, democratização e diálogo &

transparência". Segundo informações do site da secretaria[7] são estes conceitos que vão permear todas as ações do órgão, além de seus programas e políticas.

Tomando como princípio a idéia de "descentralizar as ações culturais e democratizar o processo de planejamento, execução e avaliação dos programas e projetos culturais" (CARVALHO, 2007), o governo criou o Programa Integrado de Desenvolvimento Territorial da Cultura que tem como objetivo promover o desenvolvimento sociocultural dos 26 territórios baianos, de maneira integrada, através da participação das comunidades beneficiadas e da articulação dos poderes públicos com a sociedade civil organizada e a iniciativa privada. Rubim (2007b) lembra ainda que esta lógica de realizar um diálogo com a sociedade para implementar as políticas culturais é uma iniciativa que está diretamente sintonizada com o governo federal, numa tentativa de enfrentar o autoritarismo e elitismo, presentes na política cultural brasileira durante muito anos.

O programa mostra diversas peculiaridades, primeiro porque reconhece a diversidade cultural do Estado e não tenta manter a linha dos governos anteriores quando a cultura baiana era concebida de maneira singular:

> A cara da Bahia não pode ser apenas a cara do Recôncavo. A cara da Bahia tem que ser a cara da Bahia inteira: do Recôncavo, do Oeste, do São Francisco, do Sertão, do Sul, da Chapada e de todas as outras regiões do estado. Temos que assumir "ao mesmo tempo agora" toda diversidade baiana, as diferenças que, combinadas e recombinadas, misturadas, mestiças, fazem do povo baiano o que ele é.
> (http://www.cultura.ba.gov.br/linhasdeacao/diversidade)

Programa de Desenvolvimento Territorial da Cultura consiste em agrupar os 417 municípios baianos em 26 territórios de identidade, que são definidos levando-se em consideração o fato do território ser concebido como dimensão fundamental para viabilizar as políticas culturais, pois é nele que a população constrói sua identidade e onde os municípios se articulam (PLUG, 2007).

[7] www.cultura.ba.gov.br/linhasdeacao

O Programa de Desenvolvimento Territorial da Cultura torna-se também interessante à medida que revela entre suas preocupações a necessidade de capacitação de gestores e produtores culturais, iniciativa rara dentro das políticas culturais adotadas no Estado da Bahia.

Neste texto, em razão do curto espaço que dispomos, não teremos a oportunidade de investigar de perto o governo Wagner. Entretanto, merece ser registrada as mudanças que propõe inclusive no que se refere a concepção de cultura que adota, a maneira como a gestão da cultura passa a ser organizada, os projetos desenvolvidos no interior do estado, a realização das conferencias de cultura e de mecanismos de consulta publica, a adoção de uma política de editais e a reforma administrativa, proposta através do Projeto de Lei 17688/2008, enviado à Assembléia Legislativa. O projeto prevê também alterações no fundo de cultura. Se aprovado, poderão inscrever projetos de empresas e associações que tenham um ano de funcionamento – o limite atual é de no mínimo três anos – e serão permitidas, também, inscrições de mais de um projeto pelo mesmo proponente. O limite de valor também será alterado, na tentativa de evitar a concentração de recursos na mão de poucas produtoras. Além disso, novas linguagens passarão a ser contempladas, como projetos nas áreas de moda, gastronomia, cultura digital e economia criativa, que atualmente não estão previstas na lei.

Referências bibliográficas

BARBOSA, Juciara Maria Nogueira. *Descompasso*: como e porque o modernismo tardou a chegar na Bahia. In: V Enecult - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador, 2009. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19289.pdf. Acesso em: 20 de julho de 2009>.

CANEDO, Daniele Pereira. *Cultura, Democracia e Participação Social*: um estudo da II Conferência Estadual de Cultura da Bahia. Salvador: UFBA, Pós Cultura, 2008 (dissertação de mestrado).

CAPARRELI, Sérgio; LIMA, Venício A. de. *Comunicação e* Televisão - desafios da pós-globalização*.* São Paulo: Hackers, 2004.

FERNANDES, Taiane. *Políticas Culturais* – A Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia 1995-2006. Salvador: UFBA, Pós Cultura, 2008 (dissertação de mestrado).

GOMES, João Carlos Teixeira. Presença do modernismo na Bahia. In: *Camões contestador e outros ensaios*. Salvador, Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1979.

JAMBEIRO, Othon. *A TV no Brasil do século XX*. Salvador: Edufba, 2001.

MIGUEZ DE OLIVEIRA, Paulo César. A *Organização da Cultura na "Cidade da Bahia"*. Salvador: UFBA, 2002. Disponível em: http://www.cult.ufba.br/arquivos/tese_de_ doutorado_paulo_miguez_facom_ufba_2002.pdf. Acesso em: 04 de julho de 2008.

_____. *Periodizando a cultura baiana no novecentos*: uma tentativa preliminar. Salvador: UNIFACS, 2000. v.1, n.8, p.33-36.

_____. *Carnaval Baiano*: As tramas da alegria e a teia de negócios. Salvador: UFBA, 1996. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/arquivos/dissertacao_mestrado_paulo_miguez_npga_ea_ufba_1996 .pdf>. Acesso em: 04 de julho de 2008.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. *A Bahia, a comunicação e a cultura dos anos 50/60*. Cadernos do CEAS - Revista do Centro de Estudos e Ação Social, Salvador, n.161, p. 77-83, jan./fev. 1996.

_____. Comunicação, mídia e cultura na Bahia contemporânea. *Bahia Análise e Dados* – Revista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, Salvador, v.9, n.4, p. 74-89, mar. 2000.

SCHWARZ, Roberto. Cultura e política: 1964 – 1969. In: _____. *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, p.61-92.

TAVARES, Luiz Henrique Dias. *História da Bahia*. 10.ed. São Paulo: Editora Unesp, Salvador: Edufba, 2001.

UCHÔA, Sara. *Políticas Culturais na Bahia (1964-1987)*. Salvador, 2006. Disponível em: <www.cult.ufba.br>. Acesso em 02/01/2008.